

Alongamento da dívida interna

5 JUL 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

preciso dar uma solução para isso", disse a este jornal.

Em vez de um projeto de lei de rolagem das dívidas dos estados e municípios com a União — que montam cerca de US\$ 20 bilhões —, o governo poderá optar por negociações individuais com cada estado. "Estamos ponderando que é complicado trabalhar com a média, pois se esta ajuda alguns atrapalha outros", explicou o secretário executivo. Uma lei com regras iguais para todos os estados acabaria, segundo ele, demandando ajustes à realidade de cada um, depois.

A análise dos técnicos do Ministério da Fazenda é de que o projeto substitutivo do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) não é lucrativo para o Tesouro Nacional, pois, entre outros problemas identificados no projeto, colocaria as dívidas junto à União como as últimas da lista a serem pagas. Primeiro os estados teriam de estimar a parcela de comprometimento da receita (9% ou algum outro percentual ainda em negociação) para o pagamento das dívidas externas junto ao INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, os juros da dívida mobiliária e, somente depois, os débitos com a União.

A proposta técnica do Ministério da Fazenda é criar um comitê de renegociação dessas dívidas, com representantes do Tesouro Nacional, da CEF, do BNDES e da Secretaria de Política Econômica, que cuidaria de estabelecer as

(Continua na página 3)

Com esta edição
circula o Caderno

Mercados

que inclui o
Suplemento de
Orientação do Boletim
da Bolsa de Valores de
São Paulo

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL - 5 JUL 1993

Alongamento da...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
regras de pagamento para cada estado, de acordo com suas peculiaridades e com as necessidades de recursos do Tesouro Nacional.

"Nossa posição ainda não está fechada quanto a isso", ponderou Carvalho.

Uma terceira tarefa da área econômica será desvendar os custos das empresas estatais e disciplinar os gastos com salários, a política de reajuste tarifário e a adequação dos projetos de investimentos à geração de recursos próprios. As 159 estatais, juntas, pretendiam investir US\$ 11,73 bilhões neste ano. Parte desse investimento seria com endividamento das empresas e será, portanto, cortado para US\$ 9,24 bilhões.

Para as empresas que continuarem nas mãos do Estado, a solução, segundo Carvalho, será o contrato de gestão. Ele acha que a Companhia Vale do Rio Doce deve ser incluída na lista de privatizações e disse que o governo pretende, na revisão constitucional, retirar da Telebrás as restrições para também ser privatizada.

Para a CVRD, o modelo de privatização teria de ser diferente, de maneira que a empresa possa "transformar-se numa grande

corporação, uma General Motors, por exemplo".

Uma das medidas preconizadas pelo programa econômico do governo é transferir para a supervisão do Ministério da Fazenda todas as estatais da lista de privatizações. "Ao retirar essas estatais da sua estrutura de operação normal, corta-se um vínculo estratégico" que poderia estar emperrando esse processo.

Segundo Carvalho, depois das medidas do Conselho Monetário Nacional e da revisão do Orçamento Geral da União, novas providências começarão a ser tomadas já nesta semana. Ele não quis adiantar quais serão. "Aqui seguimos uma regra: não se diz o que se vai fazer, mas mostra-se o que se fez", mas, certamente, algumas deverão estar ligadas à disciplina das estatais.

"É preciso entrar na gestão dessas empresas, através dos nossos representantes (do Tesouro Nacional) nos conselhos de administração e fiscal. O acionista majoritário tem que ser mais atuante", advoga.

"Dizem que a defasagem de preços da Petrobrás é de 42%. Isso certamente passa pelas ineficiências da empresa", acredita, lembrando ainda que as mudanças, nas estatais, têm de ser feitas "de cima para baixo".